



ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

A Guerra Fria vista a partir do Sul

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i1.41657>

Beatriz Bissio

Professora do Departamento de Ciência Política. Professora do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC). Coordenadora de Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Ásia, África e as Relações Sul-Sul (NIEAAS) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) bbissio@ufrj.br

Palavras Chave:

Bandung; Países não alinhados; Guerra Fria; Norte-Sul; Não intervenção.

Keywords:

Bandung; Non aligned countries; Cold War; North-South; Non intervention

Palabras clave:

Bandung; Países no alineados; Guerra Fría; Norte-Sur; No intervención.

Resumo

Em 1955, chefes de Estado de 29 nações asiáticas e africanas e representantes de movimentos de libertação reuniram-se em Bandung, Indonésia. Pela primeira vez, uma significativa parcela da Humanidade, antes marginalizada, fez ouvir a sua voz, rejeitando o enquadramento na rígida racionalidade da Guerra Fria. O “espírito de Bandung” marcou o processo de libertação do mundo colonial, colocando ênfase no “respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações” e na defesa da “não intervenção”. O artigo analisa o legado dessa conferência, realizada no marco da Guerra Fria, em particular a alternativa apresentada à divisão ideológica Leste-Oeste.

Abstract

The Cold War seen from the South

In 1955, heads of state from 29 Asian and African nations and representatives of liberation movements met in Bandung, Indonesia. For the first time, a significant part of humanity, previously marginalized, made its voice heard, rejecting the framing of the rigid rationality of the Cold War. The "spirit of Bandung" featured the process of liberation of the colonial world, emphasizing "respect for the sovereignty and territorial integrity of all nations" and the defense of "non intervention". The article analyzes the legacy of this conference, held during the Cold War, particularly the alternative presented to the East-West ideological division.

Resumen

La Guerra fría vista desde el Sur

En 1955, jefes de Estado de 29 naciones asiáticas y africanas y representantes de movimientos de liberación se reunieron en Bandung, Indonesia. Por primera vez, una significativa parte de la Humanidad, antes marginalizada, hacía oír su voz, rechazando el rígido encuadramiento en la racionalidad de la Guerra Fría. El “espíritu de Bandung” marcó el proceso de liberación del mundo colonial, enfatizando el “respeto a la soberanía y a la integridad territorial de todas las naciones” y la defensa de la “no intervención”. El artículo analiza el legado de esa conferencia, realizada en plena Guerra Fría, en particular la alternativa presentada a la división ideológica Este-Oeste.

A meados da década de 1950, o mundo começava a sentir as consequências da chamada “Guerra Fria”. Que características teve esse período para ser designado por “Guerra Fria”? Há várias descrições, de acordo com o olhar de diferentes historiadores e estudiosos da política internacional. Para o filósofo e sociólogo francês Raymon Aron, por exemplo, a Guerra Fria nada mais foi do que o resultado natural da dissolução da aliança tática organizada entre os Estados Unidos e a União Soviética para combater o inimigo comum, o nazismo.

Já o recentemente falecido historiador Eric Hobsbawm entendia que embora os aspectos mais óbvios da Guerra Fria fossem a ameaça de guerra nuclear e a frenética corrida armamentista, não foram eles que causaram o seu grande impacto, pois as armas atômicas nunca mais (depois de Hiroshima e Nagasaki) foram usadas. Os fatos que caracterizaram esse período, lembra Hobsbawm, foram as grandes guerras em que as potências nucleares se envolveram – principalmente as da Coreia, do Vietnã e do Afeganistão – mas que não foram travadas diretamente umas contra as outras.

No caso da primeira dessas guerras, a da Coreia, que começou em 1950, a iniciativa coube aos Estados Unidos e os seus aliados, com a cobertura da ONU. E o motivo seria, na avaliação de Hobsbawm, o abalo sofrido por Washington pela vitória comunista na China: os Estados Unidos buscavam impedir que o regime comunista da Coreia do Norte se estendesse ao sul. O resultado, nas palavras do historiador, foi um empate. De fato, a divisão da península coreana em dois países de regimes ideologicamente opostos criou uma situação de permanente instabilidade que afetou e ainda afeta toda a região.

O segundo grande confronto teve o mesmo objetivo que a guerra da Coreia. Foi a agressão dos Estados Unidos ao Vietnã. Hobsbawm enfatiza o resultado, amplamente conhecido: os EUA perderam. Mas todo o sudeste asiático, como foi fartamente

documentado, sofreu durante décadas com as sequelas desse confronto.

A terceira guerra foi no Afeganistão. A entrada de tropas soviéticas nesse país, com a cobertura do Tratado de Amizade Afegã – Soviético, levou ao recrudescimento da Guerra Fria, pois serviu de pretexto para a decisão dos norte-americanos de armar e apoiar grupos guerrilheiros muçulmanos contrários ao governo de orientação socialista apoiado pela URSS, cuja logística era fornecida pelo Paquistão. Gerava-se um novo confronto, também indireto, entre os Estados Unidos e a União Soviética. Em 1988, a assinatura de um Tratado entre Afeganistão e Paquistão, com aval e garantia dos Estados Unidos e da União Soviética, definiu as condições para a normalização das relações entre os dois países e permitiu que poucos dias depois as tropas da URSS fossem retiradas. Fatos posteriores demonstraram, no entanto, que essa guerra estava longe de terminar. O envolvimento dos Estados Unidos no Afeganistão passou a ser direto e massivo nos primeiros anos do século 21, com a Doutrina Bush, e a guerra alastra-se até hoje, tendo se transformado no mais longo confronto em que os Estados Unidos se envolveram, em toda a sua existência.

Fica claro que as três guerras envolvendo as duas superpotências, obcecadas pela definição das fronteiras invisíveis entre o mundo socialista e o mundo capitalista, foram travadas fora dos seus territórios.

O Fim, pelos menos formal, da Guerra Fria

No entendimento da maioria dos estudiosos, o fato que precipitou o fim da Guerra Fria foi a chamada “Crise dos mísseis”, que começou quando aviões espiões dos EUA fotografaram rampas de lançamento de mísseis balísticos com cabeças nucleares instaladas pela União Soviética em Cuba. Em 1961 tinha sido construído o Muro de Berlim, o antecedente mais próximo da crise dos mísseis. Graças às

informações contidas nos arquivos secretos dos Estados Unidos desclassificados em 2012, quando o episódio completou 50 anos, conhecem-se agora detalhes dos bastidores da crise e o papel de cada um dos seus protagonistas.

Esses documentos, somados aos vários depoimentos e às memórias de autoridades diretamente envolvidas no episódio, permitem desfazer alguns mitos e desconstruir falsas percepções sobre a crise. Sem negar a importância da atitude do então presidente John Kennedy, ao recusar as pressões dos falcões que o incentivavam a desferir o primeiro ataque - uma postura exaltada nas versões oficiais norte-americanas - hoje os historiadores tendem a considerar que a solução da crise foi, na verdade, uma consequência e um triunfo da diplomacia secreta. Kennedy priorizou uma intensa diplomacia secreta com a União Soviética e outros países e as consultas com U Thant, então secretário-geral da Organização das Nações Unidas.

Esse diálogo permitiu evitar o confronto nuclear e fazer com que tanto os EUA quanto a União Soviética pudessem sentir-se vencedores. Os Estados Unidos retiraram os mísseis Júpiter norte-americanos que tinham sido instalados na Turquia com o objetivo de atingir alvos dentro do território da União Soviética e o presidente Kennedy assumiu o compromisso de não invadir Cuba. Em troca, a União Soviética, representada por Nikita Khrushchov, então secretário-geral do Partido Comunista da URSS, aceitou retirar de Cuba todas as instalações de baterias de mísseis. A partir dos ensinamentos da crise, uma nova era, conhecida como a *détente*, iniciou-se nas relações entre Washington e Moscou. Ambas superpotências passaram a dar prioridade ao diálogo em lugar de confiar somente no poder das armas.

O olhar do Sul

Os fatos demonstram que a principal

característica da Guerra Fria, da qual inclusive deriva a sua designação, foi o confronto ideológico permanente entre as duas superpotências, confronto cuja fase militar desenvolveu-se em território de países do Sul. Por isso é importante analisar como se viveu e se interpretou o período da Guerra Fria na África e na Ásia, dois continentes que no pós-guerra enfrentavam a complexa transição da etapa colonial para a vida independente.

As ideias dominantes nessas regiões, nas décadas de 1950 e 1960 eram o nacionalismo e o anticolonialismo. O nacionalismo era forte no mundo árabe e muçulmano, também predominando no contexto africano subsaariano. Tinha sido gestado, justamente, a partir da experiência da luta anticolonial e era assumido pelos principais líderes como um instrumento chave para enfrentar os desafios do início da vida independente.

De fato, a partir de 1945 a África e a Ásia tinham sofrido profundas transformações com o surgimento de Estados independentes que, ao menos nominalmente, eram soberanos. Entre 1945 e 1960, perto de quarenta países tinham emergido da luta contra a dominação colonialista e imperialista. As independências continuaram a ser conquistadas nas décadas seguintes, até praticamente eliminar do cenário internacional o sistema de dominação colonial, que hoje só sobrevive em anacrônicas exceções, como nas Antilhas.

Essas mudanças na Ásia e na África, transcorridas no marco da Guerra Fria, sinalizavam o início de uma nova etapa nas relações internacionais.

À luz do deslocamento da hegemonia para o Oriente, fenômeno que marca estas primeiras décadas do século 21 - com a emergência em particular da China, da Índia e da Indonésia - é importante analisarmos o século 20 sob a perspectiva da longa duração. Apesar da importância e do peso que possam ser dados à Primeira e à Segunda Guerras Mundiais,

difícilmente outro fenômeno do século passado poderá ser visto como de maior relevância em função das suas consequências de longo prazo, do que as lutas da Ásia e da África contra o colonialismo ocidental.

Já no ano de 1903, o sociólogo e historiador afro-norteamericano William E. Du Bois, um dos ideólogos do pan-africanismo, tinha escrito no seu livro “The Souls of Black Folk” (As almas do povo negro), que o principal problema do século 20 era “o problema da linha de cor – a relação das raças mais escuras com as menos escuras, na Ásia, na África e na América, incluindo as Ilhas do mar Caribe.” (DU BOIS, 1903) Tratava-se de uma importante intuição, já que, de fato, como reconhece o historiador Geoffrey Barraclough, a história do século XX ficou marcada por dois fenômenos, o impacto da penetração do Ocidente na África e na Ásia e a revolta da África e da Ásia contra o Ocidente. (BARRACLOUGH, 1973)

Hoje a emergência da Ásia concita interesse e é estudada sob diferentes aspectos. Um deles é a relação entre a luta anticolonial e antimperalista travada no século 20 e o surgimento deste fenômeno. Se estabelecermos uma relação entre esses confrontos e os fenômenos atuais, há um marco a ser estudado pelo seu profundo significado: a Conferência pioneira, realizada na cidade de Bandung, capital da província de Java, Indonésia, em abril de 1955. Ela sentou as bases em que se alicerçaria a inserção internacional dos países do então chamado Terceiro Mundo, hoje o Sul Global, e definiu os princípios que seriam por eles defendidos.

Um dos jornalistas presentes ao evento, Richard Wright, afro-norteamericano, relatou as suas impressões sobre a conferência no livro “The Color Curtain: a Report on the Bandung Conference”. Assim começa o seu relato:

Os desprezados, os insultados, os feridos, os despossuídos, em suma, os oprimidos da raça humana estavam

reunidos. Aqui classe, consciência racial e consciência religiosa estavam representadas em escala global. Quem tinha pensado em organizar tal encontro? E o que tinham estas nações em comum? Nada, pareceu-me, salvo aquilo no passado, a relação com o mundo ocidental tinha lhes feito sentir. Esta reunião dos rejeitados era em si uma espécie de julgamento do mundo ocidental! (WRIGHT, 1956)

De fato, a cidade indonésia de Bandung acolhia, naquele mês de abril de 1955, dirigentes de 29 Estados asiáticos e africanos já independentes, além de representantes de numerosos movimentos de libertação que protagonizaram um feito histórico, cuja principal mensagem situava-se no plano simbólico: uma significativa parcela da Humanidade, antes marginalizada, fazia ouvir a sua voz pela primeira vez! E tinha uma forte mensagem para aquele mundo bipolar da Guerra Fria.

Os dirigentes presentes em Bandung falavam em nome de um bilhão 350 milhões de seres humanos, mais da metade da população mundial da época. A experiência da luta contra o sistema colonial levava-os a proclamar que, agora independentes, não aceitariam o enquadramento na rígida racionalidade da Guerra Fria. Definiriam a sua posição no mundo segundo os seus próprios critérios e não necessariamente seguiriam as definições ideológicas e as prioridades políticas de nenhuma das duas superpotências.

O anfitrião da Conferência foi o presidente Sukarno, que tinha proclamado a independência do país em 17 de agosto de 1945, tornando-se o primeiro presidente da nova República da Indonésia. Sukarno alicerçava sua ideologia – a *Pantjasila* – em cinco pilares: nacionalismo, internacionalismo, democracia, justiça social e crença em Deus. Na fala de abertura da Conferência, que tinha por título “Propiciemos o nascimento de uma nova África e uma nova Ásia” (Let a New Africa and Asia be

Born)¹, o presidente fez interessantes observações sobre aquele momento histórico. Vejamos algumas das suas observações:

Talvez agora mais do que em qualquer outro momento da história, a sociedade, o governo e a política devem estar baseados no mais alto código de moralidade e ética. E, em termos políticos, qual é o mais alto código de moralidade? É a subordinação de tudo ao bem estar da Humanidade. Mas hoje estamos envolvidos com uma situação em que o bem estar da Humanidade nem sempre é a principal consideração. Muitos dos que ocupam altos cargos no poder pensam, antes, em dominar o mundo. Sim, o mundo vive com medo. A vida dos seres humanos hoje está corroída pelo medo. Medo do futuro, medo da bomba de hidrogênio, medo das ideologias. Talvez esse medo seja um perigo maior do que o próprio perigo, porque o medo faz com que os homens atuem de forma tola, sem pensar, perigosamente.

Sukarno referiu-se, também, ao significado e aos objetivos da própria reunião:

Todos nós, eu estou convencido, estamos unidos por coisas mais importantes do que aquelas que nos dividem superficialmente. Estamos unidos, por exemplo, pela rejeição ao colonialismo, sob qualquer forma que se apresente. Estamos unidos pela repulsa ao racismo. E estamos unidos pela determinação de preservar a paz no mundo. Muitas vezes nos dizem: "O colonialismo está morto". Não nos deixemos enganar. Eu digo a vocês, o colonialismo não está morto, ainda. Como podemos dizer que está morto se vastas áreas da Ásia e da África não são livres? Eu vos convoco a não pensar no colonialismo apenas na sua forma clássica, aquela que todos nós,

indonésios, africanos e asiáticos de diferentes regiões conhecemos bem. O colonialismo também tem roupagens modernas, que se apresentam sob a forma de controle econômico, controle intelectual e até de controle físico real por parte de uma pequena comunidade estrangeira dentro de uma nação. É um inimigo habilidoso e determinado, e aparece de muitas formas. Ele não abre mão facilmente das riquezas que pode saquear. Onde ele se apresentar, sob qualquer forma que ele aparecer, o colonialismo deve ser erradicado da terra.

A convocatória e a própria idealização da Conferência couberam ao próprio Sukarno e a outro importante líder, representante de uma nação asiática que pouco antes tinha conquistado a independência, Jawaharlal Nehru, da Índia. Eles contaram com o apoio dos dirigentes de Paquistão, Birmânia e Sri Lanka (ex Ceilão). Além da presença dos dirigentes já citados, cabe destacar entre as proeminentes figuras presentes em Bandung a Ho Chi Minh, primeiro ministro do Vietnã, e ao representante do Congresso dos EUA, o afro-americano Adam Clayton Powell, do Harlem.

A participação de um congressista afro-americano era altamente significativa. Em 1954 tinha sido declarada ilegal pela Suprema Corte dos EUA a segregação escolar, mas a total revogação das chamadas *Leis de Jim Crow* – um conjunto de leis estabelecidas pelos estados sulistas, em vigor desde as últimas décadas do século 19, que exigiam instalações separadas para brancos e negros nos locais públicos, incluindo o transporte – ainda estava longe de ser uma realidade para os afrodescendentes dos Estados Unidos. Esse conjunto de leis só viria a ser completamente revogado em 1964, após um longo e doloroso processo de lutas sociais.

1 Disponível em <https://bandung60.wordpress.com/bandung-documents/> Os trechos citados no texto são uma tradução livre do autor deste artigo a partir da versão original em inglês.

Soberania, não agressão e não interferência

A Declaração Final de Bandung, fruto de um árduo consenso, fazia um chamado às superpotências a suspender os testes nucleares e definia os chamados “Dez princípios em prol da paz”, que nortearam toda a atuação posterior dessas nações e foram incorporados, mais tarde, pelo Movimento Não Alinhado. Eles estavam alicerçados nos “Cinco princípios da Coexistência Pacífica” definidos na declaração assinada um ano antes, em 1954, pela Índia e pela China, com a presença de Myanmar, para superar o seu contencioso. A defesa da soberania, da não agressão e da não interferência em assuntos internos de outros países formava o cerne do documento, assim como a intransigente promoção da paz. Os Dez Princípios de Bandung enfatizavam esses temas e outros extremamente atuais, como o respeito aos direitos humanos fundamentais e o reconhecimento da igualdade de todas as raças e de todas as nações, “grandes e pequenas”.

Há uma clara intencionalidade, nos Dez Princípios, de mudar a lógica da “lei do mais forte”, historicamente predominante nas relações internacionais e da qual os países e povos representados em Bandung tinham sido vítimas, para uma convivência regulada por princípios, valores e pelo direito internacional. Essa mesma aspiração tinha sido explicitada, logo depois do fim da Segunda Guerra Mundial, na Carta das Nações Unidas. Os documentos oficiais de Bandung faziam questão de mostrar a subordinação aos princípios da ONU, mas colocavam em alguns deles uma ênfase própria, como se fosse a intenção criar uma espécie de hierarquia, na qual a defesa da não intervenção e da não ingerência nos assuntos internos dos demais países e a procura da solução de todos os conflitos por meios pacíficos estavam no topo. Desta forma, os países afro-asiáticos e os movimentos de libertação presentes na conferência pronunciavam-se pela condenação *a priori* de qualquer recurso ao uso da força pelas

potências que sempre tiveram tradição intervencionista. Sem dúvida, um tema de significativa atualidade, se observarmos o cenário internacional nestas primeiras décadas do século 21.

Para alguns estudiosos do processo emancipatório do Sul, a Conferência de Bandung teve um antecedente – longínquo, sem dúvida, mas que pode ser colocado no contexto do debate sobre os caminhos possíveis para a superação da dominação colonial. Trata-se do Congresso dos Povos do Oriente, realizado em setembro de 1920, na cidade de Baku, Azerbaijão. A iniciativa da convocatória tinha sido da jovem revolução dos *soviets*, em função dos desafios vividos pelo seu próprio processo transformador. A ideia era reunir representantes dos povos explorados e oprimidos da Ásia e da África, que faziam parte do mundo colonial e semicolonial, para discutir estratégias e formas de luta comuns. O apoio e a unidade de esforços em prol da libertação africana e asiática eram vistos como objetivos estratégicos da própria Revolução Russa já que o colonialismo era definido pelos soviéticos como uma forma de imperialismo.

A escolha do local daquele congresso não tinha sido aleatória: a região de Baku era (e ainda é) rica em recursos petrolíferos e já apresentava um grande potencial industrial, condições que a tornavam extremamente importante para os projetos de desenvolvimento soviéticos. Além disso, está localizada na encruzilhada entre a Rússia e o Oriente, com uma população de maioria muçulmana. Baku era, portanto, o próprio símbolo das questões centrais a serem discutidas na reunião. O Comintern desenvolveu um trabalho intenso de preparação do evento, que obteve bons resultados. O Congresso dos Povos do Oriente teve um número recorde de participantes, o maior de toda a história das reuniões da Internacional Comunista, com quase dois mil delegados. Foi expressivo o número de representantes da Turquia, mas também

participaram muitos persas, armênios, georgianos. Mais discreta foi a participação de outros asiáticos. Documentos do Congresso registram a presença de oito delegados da China, oito curdos e três árabes, além de quinze representantes da Índia e um número similar de coreanos. Naturalmente, o maior número de delegados, quase 500, foi do Azerbaijão e um dado a ser observado é que a maioria dos participantes era de religião muçulmana. Entre os delegados ocidentais estava o famoso jornalista, ativista e escritor norte-americano John Reed, autor do livro "Dez dias que abalaram o mundo", sobre a Revolução de Outubro.

Um tema surpreendente surgido durante o Congresso Baku foi o dos direitos das mulheres e o seu papel no processo revolucionário. As intervenções das mulheres delegadas, segundo consta nas atas do Congresso – disponíveis na versão integral em russo, turco e persa, as línguas oficiais do evento, e traduzidas parcialmente ao inglês e ao francês – se concentraram na reivindicação da igualdade de direitos e na importância da participação feminina na luta revolucionária e anticolonial. Em termos percentuais, a participação feminina em Baku foi baixa, menos de 3% dos delegados. Mas das 55 mulheres que participaram, quase quarenta tinham deixado pouco antes a prisão nos seus respectivos países e três delas eram oficiais militares.

Tomada de consciência e um passo adiante

Lamentavelmente não houve uma sequência, como inicialmente imaginado, do Congresso dos Povos de Oriente e a grande reunião de Baku permanece como um antecedente isolado e longínquo, porém digno de lembrança, da Conferência de Bandung.

O líder e poeta senegalês, Léopold Senghor, um dos impulsionadores da “negritude” e lutador pela independência do

continente africano, disse anos, alguns anos depois da conferência, que Bandung foi a expressão, à escala do planeta, da tomada de consciência dos povos de cor da sua eminente dignidade; uma espécie de morte do complexo de inferioridade.

Além do passo importante da definição de uma agenda própria, a principal conquista política da Conferência de Bandung foi o fato de apresentar uma nova forma de compreensão do momento histórico. Rejeitava-se a divisão de cunho ideológico colocada pela Guerra Fria, entre Leste e Oeste, e apresentava-se como alternativa à divisão do mundo provocada pelo desenvolvimento desigual – divisão que podia ser observada e medida através da capacidade objetiva de cada Estado de usufruir das próprias riquezas naturais. Ou seja, para os povos que tinham vivido sob dominação colonial, a divisão do mundo real não era ideológica, como a apresentada no conceito da divisão Leste-Oeste, mas política e econômica, uma divisão Norte-Sul. A brecha no mundo que importava ressaltar era a que separava os países ricos e industrializados dos países pobres, subdesenvolvidos, exportadores de commodities. Duas caras da mesma moeda. Não existiria o mundo rico e desenvolvido sem a exploração do mundo colonizado e, consequentemente, subdesenvolvido.

Em função desse diagnóstico, para os países do Terceiro Mundo a economia mundial constituía um setor estratégico cujas regras deveriam passar por profundas mudanças para se atingir a meta de maior envergadura: o desenvolvimento pleno desses países. Um desenvolvimento visto como necessário para erradicar qualquer tipo de exploração e dominação de suas populações. Nesse contexto, a solidariedade e a cooperação mútuas (hoje chamada de cooperação Sul-Sul) eram definidas como ferramentas fundamentais para a concretização desses objetivos.

Não é de se estranhar, pelo teor de suas proposições, que a Conferência de Bandung seja

vista como um marco na história das relações internacionais do século 20. Além do ineditismo do próprio evento, o primeiro na história a reunir tantos chefes de Estado fora do continente europeu, foi audaciosa a aspiração dos dirigentes dos países periféricos de se abstrair das fronteiras ideológicas traçadas pela Guerra Fria, para estruturar-se como uma força política com personalidade própria, independente dos dois blocos. Se bem era inegável que muitos desses jovens países mantinham um alto grau de dependência de uma ou da outra superpotência, no plano econômico, político, tecnológico ou mesmo militar, eles procuravam ao definir estratégias e metas comuns, abrir caminho para a diminuição dessa dependência.

Dois importantes líderes dos jovens Estados da Ásia e da África, Gamal Abdel Nasser, do Egito, e Jawaharlal Nehru, da Índia, inspirados no “espírito de Bandung”, decidiram dar sequência às determinações da conferência e iniciaram uma série de articulações tendentes a constituir um movimento de caráter permanente. A eles se uniria um terceiro líder, que apesar de pertencer ao continente europeu, estava identificado com todos os postulados defendidos em Bandung: Josip Broz Tito, da Iugoslávia. Em 1956, Nasser, Nehru e Tito emitiram um pedido formal às superpotências para por fim à Guerra Fria e dar início à distensão. O seguinte passo foi começar a organizar esse movimento, que devia adotar uma posição de independência em relação aos dois blocos.

Nos anos seguintes, mudanças significativas viriam a ocorrer, a partir dos avanços no processo de libertação. Em 1960, dezessete países da Ásia e da África que tinham conquistado a independência foram admitidos como membros plenos da ONU durante a realização da XV Assembleia Geral da organização. Desta forma, uma nova correlação de forças ficou estabelecida no seio do mais importante organismo mundial. O novo cenário

era muito favorável aos países subdesenvolvidos.

A Conferência de Cúpula de chefes de Estado que fundou o Movimento dos Países Não Alinhados foi realizada na cidade de Belgrado (Iugoslávia), de 1 a 6 de setembro de 1961. Entre os países nela representados somente um era latino-americano, Cuba, cuja revolução triunfara dois anos antes. Referencie-se, como dado significativo, que Brasil, Equador e Bolívia não estiveram representados, no sentido estrito, pois não enviaram delegados, mas estiveram presentes como observadores..

A autodeterminação dos povos, a rejeição aos pactos militares multilaterais, a condenação ao apartheid, a luta contra o imperialismo em todas suas manifestações, a não intervenção nos assuntos internos dos Estados, o fortalecimento da ONU, foram temas estratégicos na atuação do Movimento Não Alinhado desde a sua fundação.

Em maio de 1963, o avanço das lutas de libertação permitiu que 31 países da África se unissem para fundar a Organização da Unidade Africana (OUA), que passou a brindar a forte apoio ao não alinhamento. A II Conferência de Cúpula dos Não Alinhados foi realizada no Cairo, de 5 a 10 de Outubro de 1964, num momento em que o movimento já contava com 47 membros plenos, dez observadores e 30 representantes de movimentos de libertação. A declaração final insistiu na necessidade de assegurar “a paz e a colaboração internacionais”, reiterando o apoio à luta contra o colonialismo, o racismo e o apartheid.

Nos anos seguintes, o Movimento Não Alinhado foi submetido a duras provas. As tensões entre as superpotências continuavam a levar a Guerra Fria a expressar-se, quase exclusivamente, em conflitos nos países da periferia, a maioria deles, membros do Movimento Não Alinhado.

Além dos conflitos já analisados, as várias guerras árabe-israelenses são exemplos representativos desse cenário. Também podem

ser contabilizadas entre as consequências da Guerra Fria o golpe de estado no Irã que colocou no poder, com apoio da CIA, o xá Muhammad Reza Pahlavi, depois da destituição do primeiro ministro nacionalista Muhammad Mossadegh, em 1953, que ousara nacionalizar o petróleo, e a sangrenta derrocada de Sukarno, em 1967, na Indonésia, pelo general Suharto, que custou a vida de quase um milhão de pessoas. Na altura, o Partido Comunista da Indonésia era o terceiro mais importante do mundo, depois dos Partidos Comunistas da URSS e da China. Devido à violência da repressão, nunca mais um partido com essa denominação e ideologia existiu na Indonésia. A prolongada guerra em Angola também deve ser colocada nessa lista. Na América Latina, a Guerra Fria foi a matriz da derrocada de numerosos governos progressistas, com ingerência documentada dos Estados Unidos. A nômima é ampla e inclui desde Jacobo Árbenz, na Guatemala, que enfrentou a United Fruit e foi deposto em 1954, a João Goulart, no Brasil, em 1964, e Salvador Allende, em 1973. A justificativa sempre era a mesma: a luta contra o comunismo.

O período áureo do Movimento

A IV Conferência de Cúpula dos Não Alinhados, realizada entre 5 e 9 de setembro de 1973, em Argel, é considerada uma das mais importantes da história do movimento. Além do grande comparecimento - 75 países membros de pleno direito - a participação da América Latina, pela primeira vez, era significativa: Argentina, Chile, Cuba e Peru. É importante lembrar que o governo socialista do Chile, liderado por Salvador Allende, foi derrocado dois dias depois do término da Conferência, em 11 de setembro de 1973. Estavam presentes, ainda, oito países observadores, três convidados, Áustria, Finlândia e Suécia, e doze movimentos de libertação. Entre estes últimos cabe destacar a presença do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), do Partido Africano pela Libertação da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), da

Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), da Organização Popular da África Sul Ocidental (SWAPO, da Namíbia) e da Organização pela Libertação da Palestina (OLP).

Mas a Conferência de Argel também foi importante pelos temas tratados. A declaração final aponta para uma deterioração, desde 1970, da situação internacional, caracterizada por "um fortalecimento das correntes pacifistas no mundo desenvolvido e por tensões nas áreas periféricas, em função da deterioração das condições econômicas nos países subdesenvolvidos".

O documento aprovado na IV Conferência trazia uma análise do cenário internacional. Citava entre as principais causas da desigualdade, "que aumenta de forma permanente e aflige o mundo subdesenvolvido", os vários métodos de "dominação econômica e exploração neocolonialista". O documento também denunciava "a atividade das companhias transnacionais e a sua função monopolista nos planos comercial, financeiro e industrial". Esse cenário exigia, segundo o diagnóstico apresentado pelos dirigentes dos Não Alinhados, a elaboração de políticas que permitissem o estabelecimento de um novo tipo de relações econômicas a nível internacional.

As definições adotadas nas diferentes reuniões de cúpula dos Não Alinhados mostram que nos anos setenta, no auge de sua atuação, o movimento passou a definir estratégias de luta na economia, com a bandeira da necessidade de se implementar uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), e no plano das comunicações, definindo a meta da implantação de uma Nova Ordem Informativa Internacional (NOII), que permitisse democratizar os fluxos informativos. Enquanto os preços das matérias-primas, principal fonte de divisas da maioria dos membros dos Não Alinhados, estivessem depreciados no mercado mundial e os produtos manufaturados, pelo contrário, atingissem preços cada vez mais elevados, as desigualdades no desenvolvimento entre os países centrais e a

periferia tenderiam a se aprofundar. Por outro lado, se se mantivesse o desequilíbrio em relação à produção e circulação de informação no mundo, com absoluta predominância do controle pelos países centrais, e se a informação continuasse a ser tratada como uma mercadoria, sem reconhecer o seu papel estratégico nas relações internacionais, permaneceriam, sob novas roupagens, as formas tradicionais de dominação colonial.

As propostas relativas à economia e às comunicações causaram grande impacto no cenário mundial. Parte do impacto pode ser avaliado pelo fato de o tema da democratização das comunicações ter sido incorporado nos programas da UNESCO, a Agência da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura. A UNESCO criou uma Comissão Internacional para estudar esse tema, presidida pelo irlandês Sean MacBride, fundador da Anistia Internacional, prêmio Nobel e prêmio Lênin da Paz. Nessa comissão, de 16 membros, representando todos os continentes, o Terceiro Mundo tinha a maioria; dois dos membros eram latino-americanos, o escritor colombiano Gabriel García Márquez e o diplomata chileno Juan Somavía.

O resultado do árduo trabalho da Comissão foi um documento intitulado “Um Mundo e Muitas Vozes”, mais conhecido como Relatório MacBride, publicado pela UNESCO em 1980. Por primeira vez uma agência da ONU reconhecia a existência de desequilíbrios nos fluxos informativos e elaborava um documento com propostas para a democratização da informação.

No diagnóstico da comissão, o fato de a

geração e a distribuição da informação que circula no mundo estar concentrada em quatro agências de notícias - a francesa France Presse (AFP), a britânica Reuters (hoje Thompson-Reuters) e as norte-americanas Associated Press (AP) e United Press International (UPI) - era a principal razão da existência de desequilíbrios na comunicação entre os países centrais e os países periféricos². Essa “ousadia” (o fato de colocar as agências transnacionais de notícias, estreitamente vinculadas aos grandes capitais financeiros, como “vilãs”) suscitou uma reação virulenta de parte da mídia dos países capitalistas e desses ataques se fizeram eco muitos dos mais importantes jornais comerciais dos países do Terceiro Mundo. O relatório foi divulgado em 1980. No início dos 80, como é sabido, os dois países que ditavam as regras do capitalismo mundial eram os Estados Unidos, governado por Ronald Reagan, e a Grã-Bretanha, sob a liderança de Margaret Thatcher, dirigentes ligados estreitamente à imposição do modelo neoliberal.

Com a alegação de que a UNESCO estava muito politizada, Washington e Londres decidiram abandonar a agência da ONU e ao fazê-lo, retiraram os seus aportes, privando-a de 30% do orçamento. No novo contexto, a agência não conseguiu implementar as resoluções da comissão presidida por Sean MacBride e em função das limitações orçamentárias, entrou em um longo período de ostracismo.

Passados quase 40 anos do trabalho realizado pela Comissão MacBride, a maioria das recomendações e dos diagnósticos continua vigente. A reunião de Cúpula dos Países Não Alinhados, realizada em Teerã, em agosto de

² O Relatório MacBride definiu onze princípios que mudavam as regras de jogo no terreno das comunicações e eram considerados necessários para superar os desequilíbrios e as desigualdades que caracterizavam a situação vigente. Entre outras medidas, a comissão de especialistas propunha a eliminação dos efeitos negativos de determinados monopólios, públicos ou privados, e o combate à excessiva concentração de poder; defendia o respeito à pluralidade de fontes e canais de informação e a liberdade para os jornalistas e para todos os profissionais dos meios de comunicação, mas fazia uma ressalva: “a liberdade é inseparável da responsabilidade”. A versão em inglês está disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066Eb.pdf>

2012, retomou o debate do tema das comunicações e definiu o propósito de revigorar a agência de notícias do Movimento dos Países Não Alinhados.

A correlação de forças dos anos 1980 era desfavorável a qualquer proposta de diminuição da brecha Norte-Sul e menos ainda era propícia para um debate tendente a democratizar as comunicações. As políticas neoliberais impostas aumentaram exponencialmente as desigualdades, inclusive nas próprias sociedades desenvolvidas.

Em grande medida, o “espírito de Bandung” foi deixado de lado e os objetivos dos Não Alinhados, ao se verem frustrados, provocaram a perda de protagonismo e de peso político do Movimento no cenário internacional.

Hoje o mundo é outro. Fala-se até numa nova Guerra Fria, mas os problemas que enfrentam os países do Sul Global não mudaram significativamente. O legado de Bandung volta a ser estudado em muitos espaços acadêmicos e também nos movimentos sociais, na busca de inspiração para a superação dos desafios postos pelo século 21

Referências

Aron, R. **Les guerres en chaîne**. Paris: Gallimard, 1951

Barracough, G. **Introdução à História Contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973

Du Bois. W.E. **As almas do povo negro**. Versão digital, disponível em:
<http://www.dacostaex.net/livros/As%20Almas.pdf>

Hobsbawm, E. **A era dos extremos. O breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995

Um mundo de muitas vozes (**Relatório MacBride**). Rio de Janeiro: UNESCO, FGV, 1983

Wright, R. **The Color Curtain: a Report on the Bandung Conference**. Cleveland and New York: The World Publishing Company, 1956